



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS
"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"
Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

A ESCOLA DE FRONTEIRA: TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES

CÁTIAREGINAGUIDIO ALVES DE OLIVEIRA¹⁷
MAURO JOSÉ FERREIRACURY¹⁸

RESUMO

Neste artigo, propõe-se analisar as características identitárias das escolas de fronteira de Foz do Iguaçu, cidade brasileira localizada no estado do Paraná, que, juntamente com Ciudad del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazú, na Argentina, forma a tríplice fronteira. Dentre outras características, Foz do Iguaçu é conhecida pelas belezas naturais, as quais fomentam o turismo local e intensas relações comerciais. Como território fronteiriço, o município apresenta características marcadas pela influência da presença diária de paraguaios e argentinos que circulam além das fronteiras e, também, pela convivência de diferentes nacionalidades e etnias. Essa diversidade cultural está presente nos vários espaços de convívio social e mais especificamente nas instituições responsáveis pela condução do processo de escolarização local, as quais recebem anualmente crianças advindas de diferentes localidades nacionais e internacionais. Trata-se de crianças estrangeiras em idade escolar, que são matriculadas em escolas de Ensino Fundamental para receberem formação obrigatória. Essa escola de fronteira é definida como espaço de efetivação da educação formal, historicamente concebida para conduzir o processo de formação da identidade nacional, e que apresenta no seu cotidiano adversidades, que lhes são próprias. Nela estão impressas características que instituem uma cultura escolar de fronteira, na qual as relações são mais complexas. Neste sentido, este estudo centra a atenção nas fronteiras volantes e invisíveis estabelecidas, que transpõem os limites físicos, estabelecendo territórios e territorialidades que se esbarram e se chocam dentro dos espaços coletivos de formação, tornando-se barreiras invisíveis, mas perceptíveis, que dificultam ou impedem que seus agentes avancem nas relações fundamentais contidas nos objetivos primordiais da educação escolar, que são basicamente o ensinar e o aprender. Como mecanismos de condução do trabalho de pesquisa, serão utilizados procedimentos metodológicos de caráter etnográfico, a partir da observação direta dos agentes componentes da comunidade escolar (professores e alunos), no sentido de se apreender essa atmosfera estabelecida a partir das tentativas de rompimento dessas fronteiras culturais e linguísticas. Como resultado, esperamos que a identificação das diferentes faces que compõem esse cotidiano viabilize o debate, dando voz a esses estudantes que estão à mercê da implementação de políticas públicas de atendimento a essas necessidades, que são fundamentais para a efetivação de um processo de construção de uma escola de fronteira e que contemple as necessidades educativas e sociais desses estudantes.

17 Cátia Regina Guidio Alves De Oliveira. Doutoranda do Programa de Pós -Graduação *Stricto Sensu* Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, *Campus* de Foz do Iguaçu - PR. E-mail: catia.oliveira@udc.com.br.

18 Mauro José Ferreira Cury. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Pós -Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Pós-Doutorado em Turismo e Patrimônio Cultural pela Universitat de Barcelona, E-mail: maurojfc@gmail.com.



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS
"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"
Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo foi analisar as características identitárias das escolas de fronteira de Foz do Iguaçu, cidade brasileira localizada no estado do Paraná, que, juntamente com Ciudad del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazú, na Argentina, formam a tríplice fronteira. Para tanto, foi considerada a formação da trajetória histórica que constituiu a escola a partir de características próprias, portadora de uma cultura que lhe é própria, que contribuiu para a formação de uma identidade que a diferencia como tal. Em seguida, abordamos qual o seu papel na construção da memória coletiva e como atua para atender às necessidades de seu tempo no contexto social. Além destes fatores, foram definidos os elementos que a identificam como escola que reflete em seu ambiente cotidiano as características do espaço, região e território onde estão alocadas. Assim, este estudo voltou-se para a escola de fronteira. Em um exercício de pensar esse ambiente como espaço de construção de diferentes relações que implicam em um aprofundamento da questão apresentada como problemática de pesquisa, foi-nos permitido um trabalho de análise de discussões teóricas que contribuam para o deciframento de pendências que impedem a concretização satisfatória de seus objetivos.

Como resultado, esperamos que a identificação das diferentes faces que compõem esse cotidiano viabilize o debate, dando voz aos estudantes estrangeiros que estão à mercê da implementação de políticas públicas de atendimento a essas necessidades, que são fundamentais para a efetivação de um processo de construção de uma escola de fronteira e que contemplem as

necessidades educativas e sociais dessas comunidades. E, por fim, as considerações finais.

A ESCOLA-CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

A escola, tal qual o modelo que permanece hoje, surgiu na Idade Moderna nos países do Ocidente. Trata-se de uma instituição com características próprias, quando comparada com as suas antecessoras, porque apresenta como objetivo central instituir comportamentos e criar uma cultura própria que passou a identificá-la como território apropriado para a realização da transposição didática dos saberes, até aquele momento considerados como eruditos. Sua corporificação como espaço para se adquirir saberes e novos modos de se civilizar vai se construindo enquanto as políticas administrativas civilizatórias vão, dentre outras medidas, sendo implementadas por intermédio do controle do que, do como e do quando ensinar (Boto, 2017, p. 21).

A maior preocupação centrou-se na instrução e na construção dessa civilidade que é identificável, à medida que se observa a dinâmica diária de funcionamento desse território no qual emergem práticas, atitudes, discursos, comportamentos e rituais que se identificam hoje como cultura escolar.

Boto (2017) define ainda que o processo de escolarização toma corpo a partir de um discurso pedagógico criado e fortalecido nos séculos XVI e XVII por meio das práticas desenvolvidas nos colégios da época, em toda a Europa, os quais tornaram-se modelos. E, segundo essa mesma autora, nesse processo civilizatório, assim qualificado por Norbert Elias, há o desenvolvimento e necessidade de se instituir nos discursos



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

e práticas um pensamento incentivador e impositivo, de uma cultura por escolas, diante do avanço e multiplicação de uma ordem subliminar pela cultura de valorização do registro escrito, primeiro impactada pela reforma protestante, na qual “a capacidade leitora” adquire uma importância particular e, segundo, pela evocação da utilização de um uso pedagógico de uma literatura de civilidade que se vale da instituição escola, para ser disseminada.

Nesse sentido, a formação de uma população leitora e “civilizada” constituía o mote de incentivo e implantação de uma política que tornasse a escola o lugar de passagem obrigatória. Portanto, seria necessário construir um corpo de conhecimentos, com modos e formas específicas de se ensinar no cotidiano escolar, para que a escola pudesse cumprir o objetivo central a ela designado. Parte-se dos modelos religiosos, mais especificamente, aos moldes dos colégios jesuítas que atuavam com uma organização pedagógica, que determinava desde como se conduzia uma aula, como ensinar e como se avaliar os conhecimentos ali aplicados. Este passa a ser o primeiro roteiro metodológico a ser seguido – a *Ratio Studiorum* (1599) – documento importante que vai permear as condutas de funcionamento das escolas e tornar-se a base da cultura escolar desde então. Muitos estudiosos vão contribuir para a composição cultural que identifica esse território como lugar de passagem para a condução da vida social e civil almejada em cada tempo e espaço. Dentre eles, destacamos Wolfgang Ratke (1571-1635) e Comenius. O primeiro é o precursor e defensor da escola para todos, de um ensino coletivo, de uma unificação da pátria

com o estabelecimento de uma política definida e de uma única língua. Ele foi o precursor de uma pedagogia empirista defendida e desenvolvida posteriormente por Comenius (Boto, 2017).

Comenius propõe passos de condução da educação escolar, a partir do domínio da “arte de ensinar tudo a todos”. Trata-se da organização prática de cunho didático que nomeia procedimentos na condução do trabalho docente, para a efetivação de um trabalho eficiente dentro do espaço da escola.

A partir de uma análise superficial, acerca do complexo tema em questão, é possível detectar um esforço pela implementação de formas assertivas de se educar a infância. Era preciso tornar a escolar um espaço significativo no contexto social, assim como valorizar uma cultura letrada que pudesse ser percebida como uma marca de altivez, a partir de um modo próprio de compor a socialização e a civilidade escolar.

Nesse sentido, esse território comprometido com a disseminação de um ideário, e de saberes escolarizados, vale-se da construção e da valorização de parte da memória coletiva, aquela que iria imprimir as marcas de um tempo que deveriam ser lembradas, em detrimento das que deveriam ser esquecidas ou diluídas no tempo. Le Goff (1994) apresenta a memória escolar como sendo uma atitude intelectual, um recurso importante, para a construção de uma identidade.

Não se trata somente de uma forma de apropriação de conhecimentos, mas de se instituir também comportamentos que permitissem identificar determinados grupos sociais. O autor aponta que o “saber de cor” seria um saber valorizado, já que as práticas da oralidade passam a dividir espaço com as práticas de escrita.



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

Os métodos de ensino que se instalam desde o início do processo de escolarização apoiam-se nos artifícios da memória. Todo saber adquirido deveria ser literalmente memorizado, assim como a incorporação de novos comportamentos e práticas. Esse artifício contribui para o registro da memória coletiva, que imprime as nuances de uma identidade coletiva.

Pollak (1992, p. 2) aponta que a *"memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes"*.

Para esse mesmo autor, é fato que a memória é herdada e sofre flutuações no momento em que está sendo articulada e expressa: *"As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política"* (Ibidem, p. 5).

E a escola, também como outras instituições, funciona como um mecanismo eficiente na organização da memória nacional, tornando-se, como aponta o autor, objeto de disputa importante, nos momentos de se selecionar os acontecimentos que interessam ser gravados na memória de um povo.

A matriz curricular, os livros didáticos e a transposição didática e os discursos construídos pelos professores responsáveis pela condução do processo de escolarização interferem diretamente

naquilo que deve ser destacado, assimilado ou esquecido. E esse fato demonstra que a memória é acionada no presente, em função das preocupações pessoais e políticas do momento, e mostra que é um fenômeno construído.

Ainda, para Pollak (1992, p. 5) há nessa construção da identidade: *"uma unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados"*.

Nesse sentido, podemos afirmar que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si: *"A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo"* (Ibidem, p. 5). O espaço geográfico, a região, o território, as características econômicas, políticas e sociais que compõem o ambiente onde cada instituição está alocada determinam modos e formas de conduta dos agentes envolvidos, assim como definem sua identidade como instituição que atende ao coletivo, para



**Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS**

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

determinado fim.

Nesse contexto, este estudo tem por objetivo a análise das escolas alocadas em região de fronteira, trazendo como primeiro pressuposto que esses espaços estão reservados para se estabelecer relações formais e informais, referentes ao processo de escolarização, e aquisição de conhecimento escolar, que apresenta características próprias da região na qual está alocada, neste caso tratando-se das escolas de Foz do Iguaçu, Paraná.

A ESCOLA ENTRE FRONTEIRAS

A escola de fronteira enfrenta no seu cotidiano situações e singularidades que vão além de servir às necessidades educativas e sociais de uma determinada comunidade, ela carrega impressa nas suas relações cotidianas o reflexo das ações e reações que confirmam o seu modo de ser e estar. Neste sentido, há que se reconhecer que essa identidade é relacional. Ela depende, para existir, daquilo que está fora dela, sendo reconhecida pela diferença. Ela é o que a difere de outras instituições, as quais fornecem essas condições para que ela exista como única e *sui generis*.

Portanto, para nos referirmos à escola de fronteira é importante considerar como critério de análise o espaço, o território, e seus frequentantes, que são dimensões fundamentais que delineiam um perfil próprio que interferirá na constituição dessa identidade e, conseqüentemente, nas várias relações ali estabelecidas.

Como fronteiras políticas que dividem países e povos, elas existem porque territórios foram demarcados, e porque relações de poder foram instituídas nesses espaços. Esses processos se constituem a partir da captação diária de

uma atmosfera de convívio em uma região na qual as relações ultrapassam as barreiras físicas, possibilitando que essas fronteiras estejam incorporadas nas ações diárias dos atores que ocupam essa região.

A travessia de fronteiras de um país para o outro, leva e traz suas fragilidades e potencialidades sociais, políticas econômicas e culturais para a frente de enfrentamento desses territórios. Morando no país vizinho ou não, na cidade da tríplice fronteira estrangeiros e/ou migrantes são reconhecidos dentro do espaço da escola como estudantes que necessitam estar na instituição e que, ao mesmo tempo, dependem de políticas públicas específicas para se adaptarem e ali permanecerem.

Visivelmente reconhecidos como pertencentes de outras culturas e etnias, ultrapassam as fronteiras dos limites físicos, por carecerem de medidas que transponham essas barreiras invisíveis, mas perceptíveis, que dificultam ou impedem que avancem nas relações fundamentais estabelecidas nesses espaços e nos objetivos primordiais da educação escolar que são, basicamente, o ensinar e o aprender.

Observamos então uma diversidade cultural que estrutura territórios que criam as fronteiras. Para além das barreiras físicas, há que se pensar nas barreiras sociais. Estas são construídas a partir das várias formas de circulação, passagem e permanências de estrangeiros nessa região. Isso requer uma educação que contemple a convivência de indivíduos oriundos de culturas e nacionalidades diferentes no ambiente escolar.

Diante desse ambiente social marcado pela diversidade cultural, emerge a necessidade de uma reflexão sobre o processo de produção e socialização do



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

conhecimento, visto que o contato de vários grupos étnicos na instituição escola, em especial as de fronteira, tem oportunizado a interação entre pessoas com culturas distintas, mas que também têm enfrentado uma série de problemas, por não estar devidamente orientadas e preparadas para lidar com essa complexidade.

Os enfrentamentos são diversos diante das barreiras estabelecidas pela língua, pelas metodologias de ensino, pelas diferenças culturais identitárias e pelas fronteiras invisíveis que determinam territorialidades quase que intransponíveis, por conta da falta de preparo e de políticas públicas que supram e viabilizem a execução do processo de escolarização que atenda a essas especificidades encontradas nesses ambientes de aprendizagem. Como recorte, o olhar deste estudo está voltado para os anos iniciais das escolas de Ensino Fundamental de Foz do Iguaçu.

As formas de agir e conduzir o processo educativo vão além dessas medidas. A questão da língua e das concepções de cultura que permeiam esse espaço nos remete novamente à questão central deste estudo, que traz como principal objetivo analisar o processo educativo com ênfase nas relações entre esses diferentes grupos na escola de fronteira. A premissa é a de que a realidade local nos permite ampliar a discussão referente à cultura escolar de fronteira, por abarcar uma série de categorias de análise ainda não contempladas dentro de um cenário complexo, no qual o recebimento de alunos estrangeiros em diferentes condições de sobrevivência é cada vez mais intenso, diante dos acontecimentos que extrapolam os limites do país.

AS TERRITORIALIDADES PRESENTES NO ESPAÇO DA ESCOLA DE FRONTEIRA

Morante e Gasparin (2003) afirmam que a cultura é inerente a todo processo educativo, pois não existe educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e que, como instituição cultural, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como dois extremos independentes, ao contrário, trata-se de uma *"teia tecida no cotidiano, com fios e nós profundamente articulados"*.

A produção de cultura é um fenômeno repleto de pluralidade, heterogeneidade e que está passível de transformações. Dentro de uma complexidade maior, há outros campos de análise dentro de outras áreas do conhecimento, nos quais as discussões referentes aos fenômenos culturais ultrapassam os limites discutidos neste estudo.

No que diz respeito à cultura escolar, é possível afirmar que se trata de uma série de procedimentos automatizados e incorporados em doses lentas e diárias e que são criadas nesse ambiente uma série de práticas escolares que instituem esse espaço como território único.

Para apreendermos o espaço da escola e as ações realizadas nesse contexto específico é preciso ter claro que essas relações ali contidas se constituem como territórios complexos e diferentes. Para Raffestin (1993), todos os homens, em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, todos são atores sintagmáticos que produzem novos territórios.

Assim, as instituições escolares criam territórios na medida em que estabelecem limites para as ações. E, ainda, esse autor destaca que espaços e territórios precisam ser delimitados.

A escola de fronteira se propõe a



**Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS**

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

atender as necessidades regionais, as regionalidades, os diferentes perfis de comunidades e, como portadora de uma realidade singular, ela e seus agentes lidam diariamente com diferentes territorialidades, além da própria territorialidade.

E, pode-se mencionar também que, como categoria de análise, as territorialidades podem ser definidas como barreiras visíveis e invisíveis que se relacionam, se chocam e se transformam na medida em que dentro de um espaço delimitado, com objetivos próprios, transformam os modos de fazer e de agir.

Dessa forma, a relevância deste estudo está na fundamental importância de se conhecer a realidade e os desafios dos alunos migrantes no meio escolar, para compreender como se criam as relações entre professores e alunos, verificando se existem políticas internas e externas nesse contexto, que contemplem as várias necessidades daqueles que são oriundos de diferentes culturas, etnias e nacionalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola de fronteira precisa ser decifrada a partir da observação da vivência cotidiana de seus agentes. Estamos cientes de que as relações sociais estabelecidas nesse espaço interferem diretamente nos objetivos primordiais da escola.

Como instituição responsável pela formação escolar e diante da obrigatoriedade de atendimento de todas as crianças em idade escolar, pertencentes às comunidades locais, sejam elas nativas ou não, fazem-se necessárias e urgentes medidas que abrandem as necessidades primeiras da concretização do binômio ensino e aprendizagem. A questão linguística, a

formação de professores, a necessidade de se pensar na possibilidade de uma escola bilíngue de fronteira e, também, as políticas públicas de acesso e permanência dos estrangeiros na escola são mote de discussões no ambiente acadêmico e de pesquisa.

No entanto, isso ainda é insuficiente, quando se trata de crianças advindas de diferentes realidades. Fatores sociais, culturais econômicos e políticos estão depositados sobre os ombros de pessoas em processo de formação.

É de fundamental importância decifrar, como já apontado, que essas territorialidades se esbarram, propiciando transformações nas relações e nas identidades. Para que sejam pensadas políticas de atendimento, que vão ao encontro dessas necessidades, é preciso estruturar um trabalho pedagógico de qualidade e que permita tornar esse ambiente escolar possível e passível de atender suas demandas de forma satisfatória. Assim, podemos entender que os processos culturais estão em movimento e que os sentidos sobre cultura também se movimentam, se deslocam.

Neste contexto, podemos concluir que a cultura surge efeito a partir das práticas dos sujeitos, que também se alteram e se modificam constituindo outros sentidos e, assim, encerramos esta discussão afirmando que as diferentes identidades culturais, quando aproximadas dentro dos espaços de convivência social, moldam os sujeitos, que passam a adquirir novos hábitos, novas condutas, interpelados por esses processos de interferência cultural.

O entendimento dessas novas formas de ser é que irá possibilitar a instituição, definição e proposição de uma cultura escolar de fronteira.



**Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS**
"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"
Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

REFERÊNCIAS

BOTO, Carlota. (2017). A liturgia escolar na Idade Moderna. Campinas: Papyrus.

LE GOFF, Jacques. (1994). História e memória. Trad.: Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp. Coleção Repertórios.

POLLAK, Michael. (1992). Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 5 (10), pp. 200-212.

RAFFESTIN, Claude. (1993). Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática.

MORANTE, Adélia Cristina Tortoreli e GASPARIN, João Luiz. (2008). Multiculturalismo e educação: um desafio histórico para a escola. In: MOREIRA, Antonio Flávio e CANDAU, Vera Maria. (Org.). Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. Ed. Petrópolis: Vozes. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acerhistedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Adelia%20Cristina%20T.%20Morante.pdf>. Acessado em: 14 de jul. 2019.